



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO EM 07.04.2015

Aos 07 dias do mês de abril de 2015, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Lajeado a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº0001202-54.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Patrícia Helena Alves de Souza, pela Diretora de Secretaria, Lídia Schneider da Silva, e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 06.12.2011

Data da última correição realizada: 20.05.2014

Data de Instalação do PJe: 11.07.2014

Jurisdição: Arroio do Meio, Canudos do Vale, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, Lajeado, Marques de Souza, Progresso, Santa Clara do Sul, Sério e Travesseiro.

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 07.04.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Lajeado pertence à 64ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 02 vagas de zoneamento, encontrando-se uma delas ocupada pelo Juiz Substituto **Maurício Joel Zanotelli**.

##### 2.1.2 Juíza Atual

Juíza	Situação	Período
Patrícia Helena Alves de Souza	<b>Juíza Titular</b>	Desde 15.09.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 16.03.2015)



### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Cristina Bastiani	20.12.2013 a 21.08.2014	Juíza Titular	8 meses e 2 dias
		22 a 24.08.2014	Atuação em razão de designação dada a vacância na titularidade da Vara	3 dias
2	Deise Anne Herold	12.05 a 10.06.2014 21.07 a 03.08.2014 15.09 a 05.10.2014	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	63 dias
3	Jaqueline Maria Menta	25.08 a 14.09.2014	Atuação em razão da titularidade da Vara encontrar-se vaga	22 dias
		13 e 14.10.2014	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	
*	Patrícia Helena Alves de Souza	Desde 15.09.2014	Juíza Titular	-
4	Juliana Oliveira	06 a 12.10.2014	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	7 dias
5	Carolina Cauduro Dias de Paiva	20 a 26.10.2014	Atuação como Juíza Auxiliar	7 dias
6	Maurício Joel Zanotelli (Juiz Substituto Zoneado)	28.10 a 18.11.2014 12.03 a 07.04.2015*	Atuação como Juiz Auxiliar	75 dias
		07.01 a 05.02.2015	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 16.03.2015)

\* \* A totalidade do período de atuação perdura até 12.04.2015, no entanto, em virtude de extrapolar o período correcionado, os dias excedentes não foram considerados neste relatório.

### 2.1.4 Afastamentos das Juízas Titulares durante o Período Correcionado

Juíza	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Cristina Bastiani	Férias	12.05 a 10.06.2014 21.07 a 03.08.2014	43 dias
Patrícia Helena Alves de Souza	Férias	15.09 a 14.10.2014 07.01 a 05.02.2015	60 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 16.03.2015)



## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Lídia Schneider da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretora de Secretaria (CJ3)</b>	26.02.2014
2	Tiago Fagundes	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	24.09.2014
*	Gustavo Adriano Weber	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	20.03.2015
3	Isabel Elisa Kunz	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	06.12.2011
4	Andréa Jussara Scheffler	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretária de Audiência (FC03)</b>	05.08.2013
5	Rejani Dill Pinheiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>23.01.2012</b>
6	Carmen Rita de Lima Blanco	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>30.09.2013</b>
7	Dagmar Ranck	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>10.06.2014</b>
8	Diana Isabela Silva de Oliveira Ertel	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>06.12.2011</b>
9	Sandra Nívea Frozza Saldanha	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>17.01.2012</b>
10	Cíntia Richter Mayer	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>07.04.2014</b>
11	Eroci Ernani Fernandes de Souza	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>11.11.2014</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.03.2015)

\* Servidor ocupante de Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.



## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.184 processos	1.001 a 1.500	<b>11 servidores</b>	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Lajeado está **de acordo** com o parâmetro previsto na referida norma.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Andréa Jussara Scheffler</b>	Casamento	8	<b>11</b>
	Curso ou Evento	2	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Carmen Rita de Lima Blanco</b>	Curso ou Evento	3	<b>3</b>
<b>Cíntia Richter Mayer*</b> (desde 07.04.2014)	Curso ou Evento	4	<b>11</b>
	Dispensa Médica	1	
	Doença em Pessoa da Família	4	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
<b>Dagmar Ranck*</b> (desde 10.06.2014)	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	<b>4</b>
<b>Diana Isabela Silva de Oliveira Ertel</b>	Curso ou Evento	3	<b>21</b>
	Dispensa Médica	1	
	Doença em Pessoa da Família	3	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	14	
<b>Eroci Ernani Fernandes de Souza*</b> (desde 11.11.2014)	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	62	<b>67</b>
<b>Gustavo Adriano Weber</b>	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Isabel Elisa Kunz</b>	Curso ou Evento	1	<b>10</b>
	Falecimento Pessoa da Família	8	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Lídia Schneider da Silva*</b> (desde 26.02.2014)	Curso ou Evento	6	<b>6</b>
<b>Rejani Dill Pinheiro</b>	Curso ou Evento	2	<b>19</b>
	Falecimento Pessoa da Família	16	
	Doença em Pessoa da Família	1	
<b>Sandra Nívea Frozza Saldanha</b>	Curso ou Evento	1	<b>30</b>
	Dispensa Médica	13	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	16	
<b>Tiago Fagundes*</b> (desde 24.09.2014)	Curso ou Evento	1	<b>1</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.03.2015)

\* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidora	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Telma Landim Dias Moreira Alves	18.11.2013	<b>09.03.2014</b>	3 meses e 22 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Gravataí
2	Cristina Bastiani	20.12.2013	<b>21.08.2014</b>	8 meses e 2 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga
3	Marlisa Meira Bueno	27.01.2014	<b>01.09.2014</b>	7 meses e 5 dias	Lotação na 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo – Assistente de Juiz (S) (FC05) *
4	Gabriela Fragomeni Tagliari	10.03.2014	<b>14.09.2014</b>	6 meses e 5 dias	Em licença por motivo de afastamento do cônjuge - sem lotação

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.03.2015)

\* A servidora ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.



## 2.2.5 Estagiários

	Estagiária	Curso em Andamento	Período
1	<b>Elizane Santos Cunhas</b>	Superior em Direito	<b>26.01.2015 a 25.07.2015</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.03.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação da Juíza Titular e do Juiz Substituto Zoneado durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	<b>Patrícia Helena Alves de Souza</b>	-	-	-	-
Substituto Zoneado	<b>Maurício Joel Zanotelli</b>	-	12	68	<b>80</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.03.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Andréa Jussara Scheffler</b>	-	26	8	<b>34</b>
<b>Carmen Rita de Lima Blanco</b>	-	26	131	<b>157</b>
<b>Cíntia Richter Mayer</b>	-	20	92	<b>112</b>
<b>Dagmar Ranck</b>	-	-	55	<b>55</b>
<b>Diana Isabela Silva de Oliveira Ertel</b>	-	20	24	<b>44</b>
<b>Eroci Ernani Fernandes de Souza</b>	-	8	119	<b>127</b>
<b>Gustavo Adriano Weber</b>	-	20	105	<b>125</b>
<b>Isabel Elisa Kunz</b>	-	20	50	<b>70</b>
<b>Lídia Schneider da Silva*</b>	-	20	98,5	<b>118,5</b>
<b>Rejani Dill Pinheiro</b>	-	20	95	<b>115</b>
<b>Sandra Nívea Frozza Saldanha</b>	-	20	63	<b>83</b>
<b>Tiago Fagundes</b>	-	8	14	<b>22</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.03.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestora da Unidade Judiciária.



### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev)	Variação 2014-2015
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	1.149	1.125	-2,09%	1.177	4,62%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	102	101	-0,98%	88	-12,87%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	583	574	-1,54%	593	3,31%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	40	48	20,00%	45	-6,25%
<b>Total</b>	<b>1.874</b>	<b>1.848</b>	<b>-1,39%</b>	<b>1.903</b>	<b>2,98%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

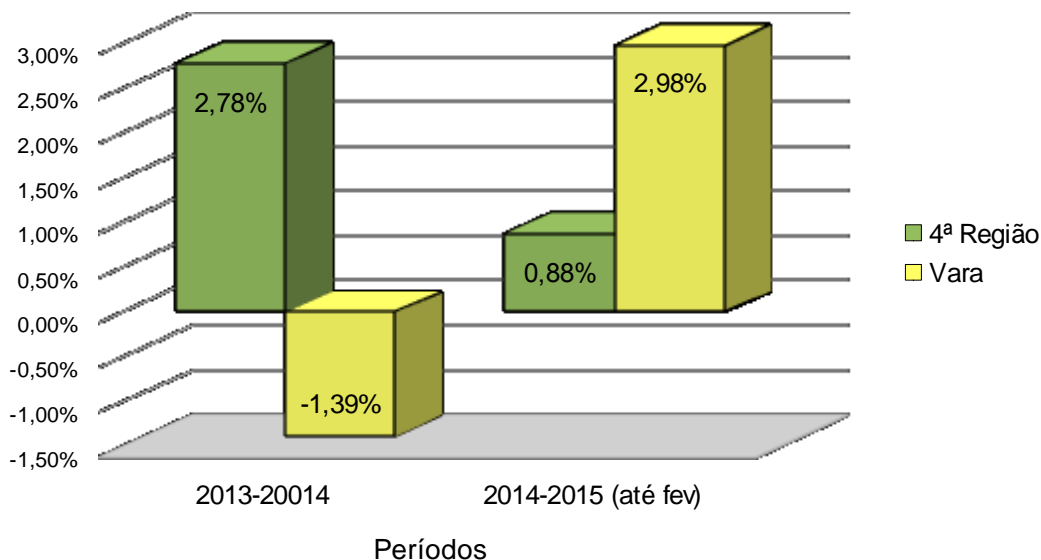
\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve queda de 1,39% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Essa variação destoava daquela verificada em toda a 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% dos processos em tramitação. Em números, o conhecimento foi a fase processual que mais contribuiu para a redução do estoque de processos na 2ª Vara do Trabalho de Lajeado (queda de 24 processos).



### Variação percentual do acervo de processos tramitando



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos Pendentes de Solução

Situação	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até fev)	Varição 2014-2015
<b>Casos novos</b>	1.223	1.359	11,12%	164	-87,93%
<b>Sentença Anulada/Reformada</b>	2	7	250,00%	0	-100,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)</b>	1.075	1.077	0,19%	88	-91,83%
<b>Processos pendentes de solução</b>	432	681	57,64%	754	10,72%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

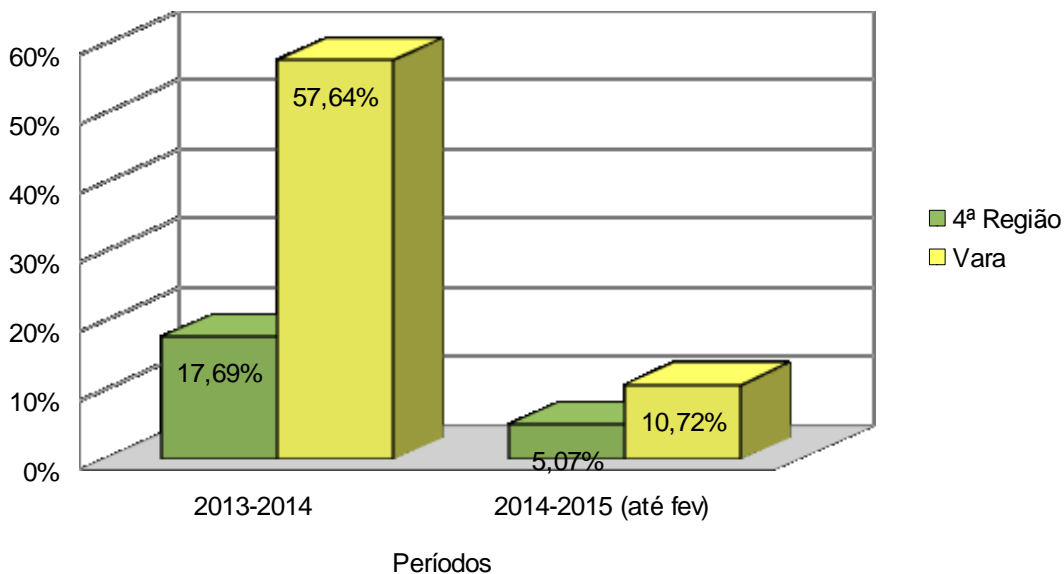
\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se aumento de 57,64% do estoque de processos pendentes de solução na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 432 para 681 processos). Concorreu diretamente para isso o fato do número de casos novos ter superado o número de processos solucionados em 26,18% em 2014, repetindo o desempenho da Unidade do ano anterior, quando o número de casos novos superou o de solucionados em 13,77%. Além disso, na Unidade Judiciária, o aumento do estoque foi bastante superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, conforme demonstrado no gráfico abaixo.





### Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que, em 31.12.2014, a maior parte destes se encontravam aguardando encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar o aumento de 32 processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, na comparação com 31.12.2013. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev)	Variação 2014-2015
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	152	145	-4,61%	190	31,03%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	260	440	69,23%	440	0,00%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	20	64	220,00%	90	40,63%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	0	32	-	34	6,25%
<b>Total</b>	432	681	57,64%	754	10,72%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)



### 3.2.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev)	Variação 2014-2015
<b>Lajeado – 2ª Vara</b>	29,37%	40,10%	36,54%	89,59%	123,41%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	40,94%	44,33%	8,28%	87,18%	96,66%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior+processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total de pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 40,10% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 36,54% em relação ao índice do ano anterior. Apesar disso, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 4,23 pontos percentuais.

### 3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até fev)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	<b>Conciliação</b>	624	58,05	716	66,48	41	46,59
	<b>Julgado procedente</b>	44	4,09	26	2,41	5	5,68
	<b>Julgado procedente em parte</b>	238	22,14	198	18,38	27	30,68
	<b>Julgado improcedente</b>	66	6,14	44	4,09	5	5,68
	<b>Extinto</b>	0	0	2	0,19	1	1,14
	<b>Outras decisões</b>	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	<b>Extinto</b>	12	1,12	7	0,65	0	0
	<b>Arquivamento (art. 844 CLT)</b>	44	4,09	61	5,66	7	7,95
	<b>Desistência</b>	13	1,21	21	1,95	2	2,27
	<b>Outras decisões</b>	34	3,16	2	0,19	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>1.075</b>	<b>100</b>	<b>1.077</b>	<b>100</b>	<b>88</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

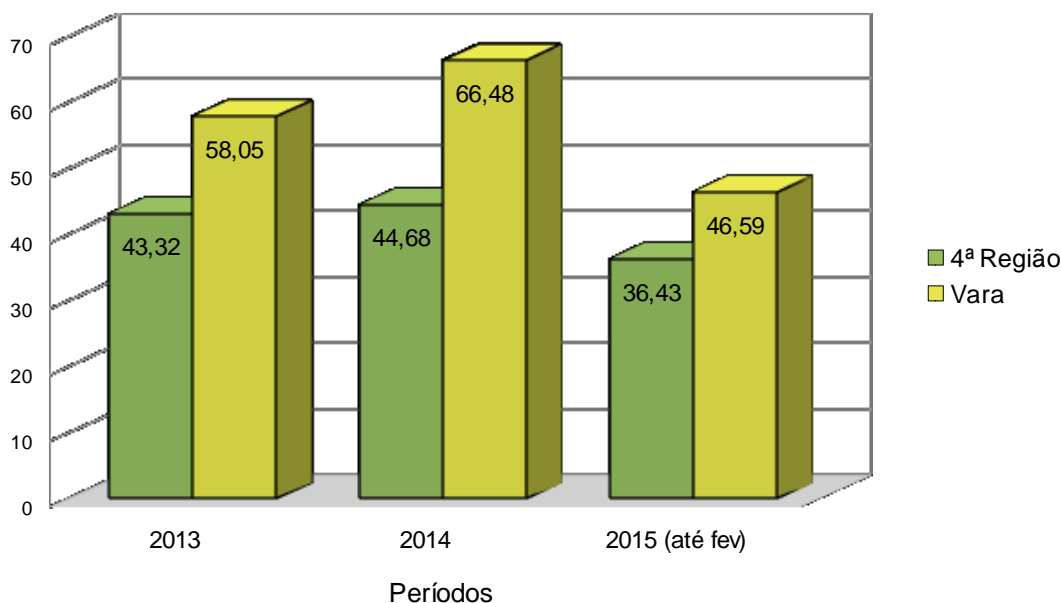
Verificou-se aumento de 02 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 0,19%. Esse índice foi superior ao resultado obtido em toda a 4ª Região que, em 2014, registrou queda de 2,67% no número de processos solucionados.



Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 348 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número alcançou 270 decisões, representando uma redução de 22,41%. Ademais, a queda da Unidade nesse quesito foi maior que média de todo o TRT4, cuja redução de decisões com resolução de mérito foi de 2,91%.

Todavia, a análise do quadro acima demonstra grande incremento do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 624, representando 58,05% dos processos solucionados. Já em 2014, o número total de conciliações subiu para 716, correspondendo a 66,48% das soluções na fase de conhecimento, índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Liquidação

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até fev)	Varição 2014-2015
<b>Iniciadas</b>	171	206	20,47%	27	-86,89%
<b>Encerradas</b>	178	195	9,55%	39	-80,00%
<b>Pendentes</b>	93	96	3,23%	82	-14,58%
<b>Arquivo Provisório</b>	0	0	-	0	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)



O número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 3,23% no ano de 2014. Esse percentual está aquém do índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Esse desempenho decorre do fato do número de liquidações iniciadas ter superado o número de encerradas em 5,64% em 2014, situação contrária àquela verificada no ano anterior, quando o liquidações encerradas superou o de iniciadas em 4,09%.

### 3.3.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev)	Variação 2014-2015
<b>Lajeado – 2ª Vara</b>	36,65%	34,78%	-5,11%	68,29%	96,34%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	42,12%	44,16%	4,83%	83,81%	89,79%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - \frac{\text{Número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 34,78% no ano de 2014, constatando-se uma queda de 5,11% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 9,38 pontos percentuais.

## 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

### 3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev)	Variação 2014-2015
<b>Entrada</b>	Iniciadas	242	274	13,22%	45	-83,58%
	Desarquivadas para prosseguimento	1	22	2100,00%	0	-100,00%
<b>Saídas</b>	Encerradas	225	292	29,78%	29	-90,07%
	Arquivadas Provisoriamente	54	90	66,67%	11	-87,78%
<b>Pendentes</b>	Exclusivamente crédito previdenciário	11	16	45,45%	11	-31,25%
	Demais	441	301	-31,75%	312	3,65%
	<b>Total</b>	<b>452</b>	<b>317</b>	<b>29,87%</b>	<b>323</b>	<b>1,89%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		108	184	70,37%	195	5,98%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes foi reduzido em 135 processos na 2ª Vara do Trabalho de Lajeado, o que corresponde a uma queda



de 29,87% em relação ao saldo do ano anterior. Esse índice foi bastante superior àquele alcançado em toda a 4ª Região no mesmo período (queda de 2,50%). Destaque para o aumento do número de execuções encerradas definitivamente em 2014 em 29,78% na comparação com 2013.

### 3.4.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev)	Variação 2014-2015
<b>Lajeado – 2ª Vara</b>	68,88%	59,78%	-13,21%	91,99%	53,88%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	69,60%	70,81%	1,74%	95,02%	34,19%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 59,78% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 13,21% em relação ao índice do ano anterior. Outrossim, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 11,03 pontos percentuais em 2014.

Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev)	Variação 2014-2015
<b>Lajeado – 2ª Vara</b>	71,12%	64,99%	-8,62%	94,69%	45,70%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	84,51%	84,91%	0,47%	97,34%	14,63%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

Por sua vez, a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 2ª Vara do Trabalho de Lajeado na fase de execução, a qual passa a corresponder a 64,99%, índice inferior ao do ano anterior em 8,62%. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, outrossim, a taxa de congestionamento da Unidade é 19,92 pontos percentuais menor.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
Situação	2012	2013	Variação 2013-2014	2015 (até fev)	Variação 2014-2015
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	85	134	57,65%	8	-94,03%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	0	0	-	0	-
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	122	184	50,82%	184	0,00%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Lajeado, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente entre janeiro de 2012 e janeiro de 2015 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta constatou-se haver 04 processos com execução encerrada definitivamente e ainda inscritos no BNDT.

<b>1</b>	<b>0000023-39.2011.5.04.0772</b>
<p><b>Situação processual:</b> em 13.11.2012, o processo foi apensado à reclamatória trabalhista nº 0000022-54.2011.5.04.0772. Nesta ação, foi determinada a liberação dos valores aos credores, inclusive do processo apenso, a extinção da execução e o arquivamento definitivo dos autos. Em 07.11.2014, foi inserido o andamento “extinta a execução”. Em 25.02.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de pendências.</p> <p><b>Histórico BNDT:</b> em 28.05.2012, a executada “Transportadora PGD Ltda.” foi incluída no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. Não houve, quando do arquivamento do processo principal, a retirada das pendências do processo apensado.</p>	
<b>2</b>	<b>0000024-24.2011.5.04.0772</b>
<p><b>Situação processual:</b> em 13.11.2012, o processo foi apensado à reclamatória trabalhista nº 0000022-54.2011.5.04.0772. Nesta ação, foi determinada a liberação dos valores aos credores, inclusive do processo apenso, a extinção da execução e o arquivamento definitivo dos autos. Em 07.11.2014, foi inserido o andamento “extinta a execução”. Em 25.02.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de pendências.</p> <p><b>Histórico BNDT:</b> em 20.04.2012, a executada “Transportadora PGD Ltda.” foi incluída no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. Não houve, quando do arquivamento do processo principal, a retirada das pendências do processo apensado.</p>	
<b>3</b>	<b>0000025-09.2011.5.04.0772</b>
<p><b>Situação processual:</b> em 13.11.2012, o processo foi apensado à reclamatória trabalhista nº 0000022-54.2011.5.04.0772. Nesta ação, foi determinada a liberação dos valores aos credores, inclusive do processo apenso, a extinção da execução e o arquivamento definitivo dos autos. Em 07.11.2014, foi inserido o andamento “extinta a execução”. Em 25.02.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de pendências.</p> <p><b>Histórico BNDT:</b> em 20.04.2012, a executada “Transportadora PGD Ltda.” foi incluída no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. Não houve, quando do arquivamento do processo principal, a retirada das pendências do processo apensado”.</p>	



4

0000422-71.2011.5.04.0771

**Situação processual:** em 16.03.2014, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante do pagamento dos créditos, determinando a exclusão dos reclamados do BNDT e o arquivamento dos autos. Em 30.05.2014, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos.

**Histórico BNDT:** em 26.10.2012 e 28.02.2013, os executados “Valmir Antônio da Silva Construções – ME” e “Valmir Antônio da Silva”, respectivamente, foram incluídos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. Em 05.11.2013, foi alterada a situação dos reclamados para “com garantia total do juízo”. Finalmente, em 12.03.2014, foi registrada a quitação do débito apenas em relação ao reclamado “Valmir Antônio da Silva Construções – ME”.

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidentes processuais									
Incidente	2013			2014			2015 (até fev)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	74	71	6	64	58	12	11	9	14
<b>Antecipações de tutela</b>	47	42	2	31	23	16	5	5	20
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	10	9	2	11	10	2	1	0	2
<b>Embargos à execução</b>	12	8	5	19	17	7	5	1	11
<b>Embargos à arrematação</b>	1	0	0	1	0	1	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	0	0	0	3	1	1	0	0	1

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

Analisando-se os dados do quadro acima, constatou-se redução de 15 incidentes processuais recebidos em 2014, na comparação com o ano anterior (queda de 10,42%). Por sua vez, o número de incidentes julgados também caiu em 21, na comparação com 2013 (redução de 16,15%). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 39 processos, saldo 160% maior do que em 31.12.2013.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo.

01

0000860-97.2011.5.04.0771

Em 02.12.2014, a reclamada apresentou exceção de pré-executividade. Em 09.01.2015, foi proferido despacho que não recebeu a exceção, por falta de objeto. No entanto, não há registro da conclusão dos autos ao juiz e nem da decisão proferida.

02

0136300-36.2009.5.04.0771

Em 12.05.2014, a 2ª reclamada apresentou embargos à execução. Em 16.05.2014, foi proferido despacho que deixou de receber os embargos à execução, por intempestivos. No entanto, não há registro da conclusão dos autos ao juiz e nem do registro dessa decisão.



Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

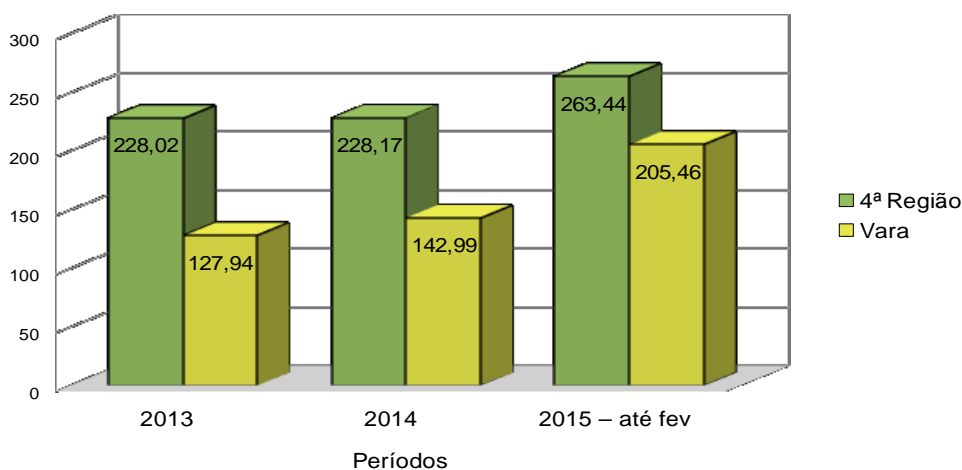
<b>Prazos Médios (em dias)</b>						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev)	Variação 2014-2015
<b>Do ajuizamento da ação à prolação da sentença</b>	<b>Sumaríssimo</b>	48,84	74,68	52,92%	73,96	-0,96%
	<b>Ordinário</b>	136,67	146	6,83%	220,44	50,99%
	<b>Total</b>	127,94	142,99	11,76%	205,46	43,70%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara do Trabalho de Lajeado apresentou um aumento de 11,76%, passando de 127,94 dias, em 2013, para 142,99, em 2014. Os processos do rito sumaríssimo apresentaram maior variação no período, registrando um aumento médio de 25,84 dias de tramitação, enquanto as ações do rito ordinário registraram aumento médio de 9,33 dias.

De toda a forma, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual na fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi bastante célere, na comparação com os dados de toda a 4ª Região. O prazo médio total na Unidade, em 2014, foi 85,18 dias mais célere que a média de todas as Unidades do TRT4, situação já verificada em 2013, quando o lapso de tramitação na 2ª Vara do Trabalho de Lajeado havia sido 100,08 dias mais célere do que a média de todo o TRT4.

Prazo médio total - fase de conhecimento







## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

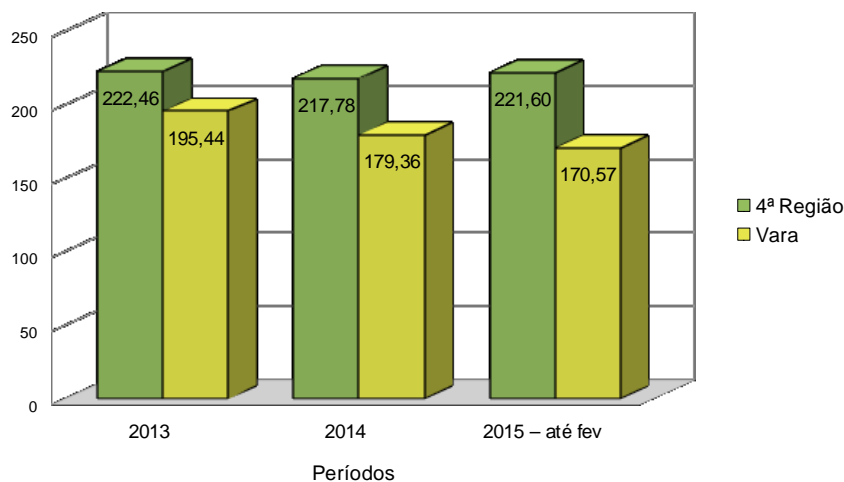
Prazos Médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	247,67	137,00	-44,68%	63	-54,01%
	Ordinário	192,46	182,44	-5,21%	173,56	-4,87%
	<b>Total</b>	195,44	179,36	-8,23%	170,57	-4,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

No rito sumaríssimo, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação foi de 137 dias em 2014, que equivale a um recuo de 44,68% na comparação com 2013. No rito ordinário, igualmente, o prazo recuou de 192,46 dias, em 2013, para 182,44, em 2014 - queda de 5,21%.

Ademais, o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 38,42 dias mais célere do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, resultado superior ao do ano de 2013, quando o prazo médio da Unidade foi 27,02 dias mais célere que o do TRT4.

Prazo médio total - fase de liquidação



## 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos Médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	289,73	391,96	35,29%	323,75	-17,40%
	Ente público	274,42	294,58	7,35%	190,50	-35,33%
	<b>Total</b>	288,31	375,41	30,21%	301,54	-19,68%

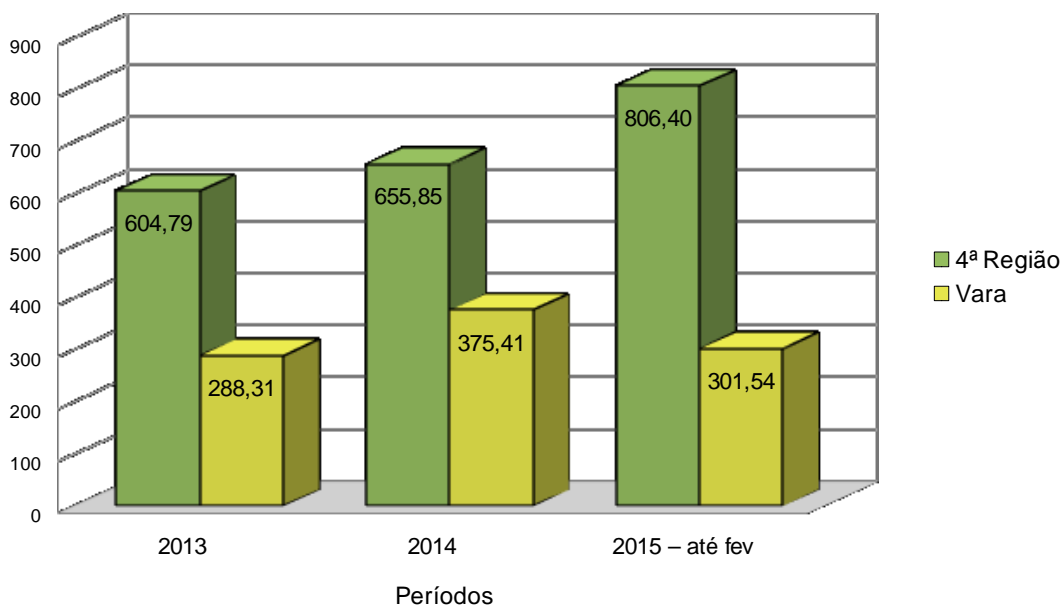


(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

O prazo de tramitação processual na fase de execução nos processos em que o executado é ente privado, em 2014, foi de 391,96 dias, tempo 35,29% maior que a média do ano anterior. Ademais, quando o executado é ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução, em 2014, foi de 294,58 dias, lapso 7,35% mais moroso que a média de 2013.

Na comparação do prazo médio total da fase de execução da Unidade com os dados de toda a 4ª Região, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que, em 2014, o tempo de tramitação na fase de execução foi 280,44 dias mais célere que a média da 4ª Região, resultado inferior ao do ano de 2013, quando o prazo médio da Unidade foi 316,48 dias mais célere que o do TRT4.

**Prazo médio total - fase de execução**



## **5 METAS**

### **5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014**

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

<b>META 2/2009 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0 processos	<b>Meta cumprida</b>



**5.1.2. Meta 2 – 2010:** “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0 processos	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.3 - Meta 2 – 2012:** “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Processos ajuizados em 2008 e já solucionados	Grau de Cumprimento	Resultado
<b>Não aplicável – Vara instalada apenas em 06.12.2011</b>			

**5.1.4 Meta 2 - 2013:** “Julgar, até 31.12.2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Processos ajuizados em 2009 e já solucionados	Grau de Cumprimento	Resultado
<b>Não aplicável – Vara instalada apenas em 06.12.2011</b>			

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

**5.2.1. Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	Grau de Cumprimento	Resultado
1.359	1.077	<b>79,25%</b>	<b>Meta não cumprida</b>

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Distribuídos em 2011	Processos ajuizados em 2011 já solucionados	Grau de Cumprimento	Resultado
349	349	<b>100,00%</b>	<b>Meta cumprida</b>
Distribuídos em 2012	Processos ajuizados em 2012 já solucionados	Grau de Cumprimento	
1.233	1.229	<b>99,68%</b>	



**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para Cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor (até dez/2014)
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	101
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	12
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	648
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	238
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	238
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	208
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	263
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	276
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	8
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de	Mensal	33



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência		
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	4
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	14
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	1

**Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$   
**Percentual de redução - Execução Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Grau de Cumprimento	Resultado
5,36	Meta cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Grau de Cumprimento	Resultado
47,06	Meta cumprida

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

### 5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.3.1. Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.”

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2015	Solucionados até 31.01.2015	Grau de Cumprimento	Resultado
164	88	53,66%	Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta



**5.3.2 - Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Distribuídos em 2013	Processos ajuizados em 2013 e já solucionados	Grau de Cumprimento	Resultado
1.223	1.180	96,48%	<b>Meta já cumprida</b>

**5.3.3 - Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.01)	Execuções baixadas* em 2015 (até 31.01)	Grau de Cumprimento	Resultado
45	27	60,00%	<b>Período de apuração insuficiente verificar o cumprimento da meta</b>

\*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta já cumprida</b>

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo Atual (até 28.02.2014)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	3	3	<b>2</b>	
2º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	1	<b>0</b>	
3º Estado do Rio Grande do Sul	10	11	<b>9</b>	
4º Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	10	9	<b>9</b>	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

5º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	5	5
6º	União	1	4	0
7º	OI S.A.	3	4	2
8º	General Motors do Brasil Ltda.	0	0	0
9º	Caixa Econômica Federal - CEF	6	6	5
10º	Banco Santander (Brasil) S.A.	2	2	1

**5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:**

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 – até 28.02	Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015	Resultado parcial
228,17	142,99	205,46	141,56	Período de apuração insuficiente verificar o cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.01)	Meta para 2015	Resultado Parcial
Total de acordos	624	716	670	41	677	Período de apuração insuficiente verificar o cumprimento da meta
Média mensal de acordos	52	59,67	55,83	41	56,42	



## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas-feiras à tarde e às terças e quartas pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	7 (I) 1 (U) 4 (P)	7 (I) 1 (U) 4 (P)	-	-
<b>Tarde</b>	3 (P)	7 (I) 1 (U) 4 (P)	7 (I) 1 (U) 4 (P)	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 07.04.2015)

Legenda:

*I – Audiências iniciais de rito ordinário*

*U – Audiências unas de rito sumaríssimo*

*P – Audiências de prosseguimento*

*CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias*

*E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução*

### **6.2 PAUTAS LIVRES**

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
<b>Inicial</b>	04.05.2015	04.05.2015 (tarde)
<b>Una Sumaríssimo</b>	05.05.2015	05.05.201 (tarde)
<b>Instrução</b>	07.10.2015	31.08.2015 (tarde)
<b>Tentativa de acordo em execução</b>	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 07.04.2015)





### 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	31,58	36,69	16,16%	52,64	43,48%
	Ordinário	42,32	48,25	14,01%	58,88	22,03%
	Total	41,32	47,83	15,76%	58,26	21,82%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio aumentado de 31,58 dias, em 2013, para 36,69 dias, em 2014 (elevação de 16,16%). Ademais, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 42,32 dias, em 2013, para 48,25 dias, em 2014 (elevação de 14,01%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

### 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Cristina Bastiani</b>	580	260	23	4	<b>867</b>
<b>Deise Anne Herold</b>	278	126	13	3	<b>420</b>
<b>Jaqueline Maria Menta</b>	105	49	2	0	<b>156</b>
<b>Juliana Oliveira</b>	28	12	4	0	<b>44</b>
<b>Maurício Joel Zanotelli</b>	31	26	4	1	<b>62</b>
<b>Patrícia Helena Alves de Souza</b>	239	126	19	2	<b>386</b>
<b>Total</b>	<b>1.261</b>	<b>599</b>	<b>65</b>	<b>10</b>	<b>1.935</b>
2015 (até 28.02)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Maurício Joel Zanotelli</b>	58	44	5	1	<b>108</b>
<b>Patrícia Helena Alves de Souza</b>	55	32	7	0	<b>94</b>
<b>Juiz não informado</b>	1	0	0	0	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>76</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>203</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)



## 6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juizes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Cristina Bastiani</b>	328	110	0	438	52	<b>490</b>
<b>Deise Anne Herold</b>	154	78	1	233	17	<b>250</b>
<b>Jaqueline Maria Menta</b>	63	14	1	78	2	<b>80</b>
<b>Juliana Oliveira</b>	15	14	0	29	1	<b>30</b>
<b>Maurício Joel Zanotelli</b>	13	2	0	15	2	<b>17</b>
<b>Patrícia Helena Alves de Souza</b>	143	28	0	171	17	<b>188</b>
<b>Rogério Donizete Fernandes</b>	-	21	0	21	-	<b>21</b>
<b>Valtair Noschang</b>	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>716</b>	<b>268</b>	<b>2</b>	<b>986</b>	<b>91</b>	<b>1.077</b>
2015 (até 28.02)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Cristina Bastiani</b>	-	12	1	13	-	<b>13</b>
<b>Giani Gabriel Cardozo</b>	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>Jaqueline Maria Menta</b>	-	3	0	3	-	<b>3</b>
<b>Juliana Oliveira</b>	-	2	0	2	-	<b>2</b>
<b>Maurício Joel Zanotelli</b>	21	11	0	32	2	<b>34</b>
<b>Patrícia Helena Alves de Souza</b>	19	8	0	27	7	<b>34</b>
<b>Juiz não informado</b>	1	0	0	1	-	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>37</b>	<b>1</b>	<b>79</b>	<b>9</b>	<b>88</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.03.2015)



## 6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Titular <b>Cristina Bastiani</b>		
Processos de Cognição		
<b>0000619-52.2013.5.04.0772</b> (Mais antigo. Concluído em 05.12.2014: 4 meses e 3 dias)	-	-
<b>Total: 01 processo</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

Juíza substituta <b>Jaqueline Maria Menta</b>		
Processos de Cognição		
<b>0000733-54.2014.5.04.0772</b> (Concluído em 14.10.2014: 5 meses e 24 dias)	-	-
Embargos de Declaração		
0000230-33.2014.5.04.0772 (Concluído em 19.12.2014: 3 meses e 19 dias)	-	-
<b>Total: 02 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

Juiz Substituto zoneado <b>Maurício Joel Zanotelli</b>		
Processos de Cognição		
0000346-39.2014.5.04.0772 (Mais antigo. Concluído em 12.12.2014: 3 meses e 25 dias)	0000442-54.2014.5.04.0772	0000452-98.2014.5.04.0772
0000347-24.2014.5.04.0772	0000457-57.2013.5.04.0772	0000461-60.2014.5.04.0772
0000348-09.2014.5.04.0772	0000510-04.2014.5.04.0772	0000466-82.2014.5.04.0772
0000589-80.2014.5.04.0772	0000515-26.2014.5.04.0772	0020609-92.2014.5.04.0772
0000606-19.2014.5.04.0772	0000516-11.2014.5.04.0772	0020117-03.2014.5.04.0772
0000617-48.2014.5.04.0772	0000581-06.2014.5.04.0772	0020249-60.2014.5.04.0772
0000729-17.2014.5.04.0772	0001283-83.2013.5.04.0772	0000421-78.2014.5.04.0772
0000292-73.2014.5.04.0772	0020581-27.2014.5.04.0772	0000598-42.2014.5.04.0772
0001237-94.2013.5.04.0772	0000453-83.2014.5.04.0772	0020549-22.2014.5.04.0772
0000500-57.2014.5.04.0772	0020363-96.2014.5.04.0772	0020611-62.2014.5.04.0772
<b>Total: 30 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Juíza Titular <b>Patrícia Helena Alves de Souza</b>		
Processos de Cognição		
<b>0000227-78.2014.5.04.0772</b> (Mais antigo. Concluso em 17.10.2014: 5 meses e 22 dias)	0000323-93.2014.5.04.0772	0000653-90.2014.5.04.0772
0000130-78.2014.5.04.0772	0000350-76.2014.5.04.0772	0000691-05.2014.5.04.0772
0000014-72.2014.5.04.0772	0001014-44.2013.5.04.0772	0020507-70.2014.5.04.0772
0000164-53.2014.5.04.0772	0001015-29.2013.5.04.0772	0000750-90.2014.5.04.0772
0000264-08.2014.5.04.0772	0000361-08.2014.5.04.0772	0020214-03.2014.5.04.0772
0000296-13.2014.5.04.0772	0000380-14.2014.5.04.0772	0020263-44.2014.5.04.0772
0000423-82.2013.5.04.0772	0000715-04.2012.5.04.0772	0020324-02.2014.5.04.0772
0000766-78.2013.5.04.0772	0000326-48.2014.5.04.0772	0020527-61.2014.5.04.0772
0001246-56.2013.5.04.0772	0000244-51.2013.5.04.0772	0020528-46.2014.5.04.0772
0000486-73.2014.5.04.0772	0000259-20.2013.5.04.0772	0000586-28.2014.5.04.0772
0000299-65.2014.5.04.0772	0000261-87.2013.5.04.0772	0000632-17.2014.5.04.0772
0001037-87.2013.5.04.0772	0000262-72.2013.5.04.0772	0020113-63.2014.5.04.0772
0000317-86.2014.5.04.0772	0020275-61.2014.5.04.0771	0020362-14.2014.5.04.0772
0000304-87.2014.5.04.0772	0000315-19.2014.5.04.0772	0020364-81.2014.5.04.0772
0000354-16.2014.5.04.0772	0000430-40.2014.5.04.0772	0020541-45.2014.5.04.0772
0000619-18.2014.5.04.0772	0000551-68.2014.5.04.0772	0020542-30.2014.5.04.0772
Embargos de Declaração		
<b>0020346-60.2014.5.04.0772</b> (Mais antigo. Concluso em 09.02.2015: 1 mês e 29 dias)	-	-
<b>Total: 49 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

Tarefa executada em 24 horas.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Tarefa executada em 03 dias.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Execução da tarefa em 24 horas.



## 7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Tarefa executada em 24 horas.

## 7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Tarefa executada em 24 horas.

## 7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da visita correcional estava sendo certificado o decurso de prazo de 31.03.2015.

## 7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada duas vezes por semana.

## 7.8 CONVÊNIOS

A Unidade utiliza os convênios regularmente.

## 7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Tarefa executada tão logo é atingido o volume necessário ao fechamento de um lote.

## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0001112-29.2013.5.04.0772*	<b>28.01.2015</b>	1 mês e 14 dias
2	0133400-80.2009.5.04.0771*	<b>11.02.2015</b>	1 mês e 1 dia
3	0165800-84.2008.5.04.0771*	<b>18.02.2015</b>	24 dias
4	0000292-81.2011.5.04.0771*	<b>20.02.2015</b>	22 dias
5	0001562-43.2011.5.04.0771**	<b>26.02.2015</b>	16 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.03.2015)

\* Expedida notificação para devolução dos autos.

\*\* Deferida dilação de prazo peticionada pelo advogado.

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.



### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000695-42.2014.5.04.0772	09.02.2015	1 mês e 3 dias
2	0001234-50.2010.5.04.0771	09.02.2015	1 mês e 3 dias
3	0001358-96.2011.5.04.0771	12.02.2015	1 mês
4	0001007-52.2013.5.04.0772	18.02.2015	24 dias
5	0120000-67.2007.5.04.0771	23.02.2015	19 dias
6	0000270-49.2013.5.04.0772	23.02.2015	19 dias
7	0000036-67.2013.5.04.0772	23.02.2015	19 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.03.2015)

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 11.03.2015, verificou-se que não constam mandados com prazo excedido há mais de 10 dias na Unidade Judiciária.

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 12.03.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **248 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000329-11.2011.5.04.0771
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
2	0000635-77.2011.5.04.0771
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não consta o carimbo “esta folha contém doc(s)” no verso das fls. 247 e 251. Não foram exarados os termos de juntada das petições da fl. 258 e da guia de depósito da fl. 276. <b>Movimentação processual:</b> Não houve movimentações processuais entre 26.01.2015, quando foi publicado edital de notificação no DEJT, a 09.03.2015, quando foi certificado que transcorreu o prazo de embargos sem manifestação.	
3	0000775-40.2013.5.04.0772
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	



4	0000256-31.2014.5.04.0772
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Houve numeração incorreta das folhas dos autos a partir da fl. 355, pois ela sucedida pela fl. 343, o que ocasionou numeração dupla. O recibo da fl. 343 foi juntado sem a observância da data correta. Não foi exarado o termo de juntada da petição das fls. 344-349 da primeira numeração. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
5	0000305-72.2014.5.04.0772
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Não houve mais movimentações processuais a partir de 10.02.2015, quando foi expedido alvará de seguro-desemprego.	
6	0001092-38.2013.5.04.0772
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
7	0000876-77.2013.5.04.0772
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não foi exarado o termo de juntada da guia de depósito da fl. 161. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
8	0000562-97.2014.5.04.0772
<b>Aspectos gerais dos autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
9	0000178-37.2014.5.04.0772
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não foi exarado o termo de juntada da carta precatória das fls.844-851 <b>Movimentação processual:</b> A petição das fls. 806-807 foi protocolada em 25.05.2014, mas foi juntada aos autos em 09.06.2014.	
10	0000123-57.2012.5.04.0772
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> O despacho da fl. 720 foi proferido em 10.04.2014, mas foi cumprido em 22.04.2014, quando foi exarada certidão de notificação.	

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Autos aguardando informação de suspensão no INFOR	0000564-04.2013.5.04.0772
	0000726-96.2013.5.04.0772
Demora no impulso processual/registros desatualizados	0000369-82.2014.5.04.0772
	0000016-42.2014.5.04.0772
	0001133-05.2013.5.04.0772



### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJe na Unidade Judiciária ocorreu em 11.07.2014. A organização do trabalho é por carteira; os processos são divididos entre os servidores conforme a numeração final e é feito revezamento a cada quatro ou cinco meses.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 31.03.2015 e 06.04.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	-	-	07.04.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	-	-	07.04.2015
C/petições não apreciadas	-	14	20177.73.2014	31.03.2015





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

C/habilitações não lidas	-	03	01 processo	06.04.2015
Mandados devolvidos OJ	-	08	-	07.04.2015
<b>Pasta</b>	<b>Subpastas</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Data</b>
Aguardando ciência decisão- ConPra	-	02	20381.20.2014	06.04.2015
Aguardando ciência	-	11	20646.22.2014	24.03.2015
Aguardando cumprimento prov	Por semana	105	06	De 30 a 31.03.2015
Aguardando cumprimento exec.	Por semana	15	20348.30.2014	De 21 a 31.03.2015
Aguardando cumprimento liq.	Por semana	03	Todos no prazo (de 11 a 20.4.2015)	07.04.2015
Aguardando término dos prazos	-	81	20326.69.2014	31.03.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	07.04.2015
Controle manual prazo pós sent.	-	-	-	07.04.2015
Prazos vencidos	Subpastas por nome servidores com as numerações finais dos processos	01	20177.73.2014	07.04.2015
Triagem inicial	-	28	20096.26.2015 (sem audiência designada)	25.03.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente; a designação de audiências iniciais é automática, salvo exceções. Portanto, é observado o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Observou-se boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se ao Diretor de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.



## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

Ao proceder-se ao levantamento de dados para o relatório prévio à correição, constatou-se realidade semelhante a encontrada na 1ª Vara do Foro Trabalhista de Lajeado. Em que pese o aumento no número de casos novos em 2014, o que resultou em certo aumento no número de processos aguardando prolação de sentença nesta unidade, os acervos mantêm-se estáveis em todas as fases, com ênfase para os estoques enxutos das fases de liquidação e execução. Os prazos médios de todas as fases estão abaixo da média regional e deve ser salientada a boa prática utilizada para agilizar a de liquidação; segundo informado pela Diretora Lídia Schneider da Silva, ao iniciar-se a fase, concede-se o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para as partes manifestarem se tem interesse em apresentar cálculos e a primeira a expressar seu interesse já recebe 10 (dez) dias de prazo para fazê-lo; caso nenhuma das partes se manifeste, os autos são prontamente encaminhados para o contador *ad hoc*. O número de execuções encerradas definitivamente também aumentou sensivelmente de 2013 para 2014. A organização das pautas, assim como os lapsos para designações de audiências iniciais e de prosseguimento também seguem os parâmetros recomendados pela Corregedoria. O bom nível de integração e responsabilidade da equipe também reflete-se no resultado da análise dos processos físicos, da qual não decorreram aspectos relevantes a apontar.

Ao final da inspeção, a Corregedora parabenizou a Unidade pelo comprometimento de todos, e possibilitou a todos os servidores que se manifestassem, não tendo, contudo, havido manifestação.

A Juíza Titular Patrícia Helena Alves de Souza comprometeu-se com a Corregedora a envidar esforços para prolatar as sentenças nos processos conclusos para julgamento de acordo com a antiguidade e o cronograma de datas que tem sido reiterado a todos os juízos em relação aos processos ainda conclusos até outubro de 2014.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

### **ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem



como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

### **ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS**

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT.

## **13 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.4.3. (BNDT)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação, no respectivo campo do sistema informatizado, quando há garantia da execução por depósito, o bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada.
- b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº 0000023-39.2011.5.04.0772, nº 0000024-24.2011.5.04.0772, nº 0000025-09.2011.5.04.0772, nº 0000422-71.2011.5.04.0771, com o registro do campo “quitada” no sistema informatizado. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

### **ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance o andamento informatizado, com data retroativa, relativo à extinção da exceção de pré-executividade oposta pela reclamada no processo nº 0000860-97.2011.5.04.0771;
- b) lance o andamento informatizado, com data retroativa, relativo à extinção dos embargos à execução opostos pela reclamada no processo nº 0000860-97.2011.5.04.0771;

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.



## ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que a Juíza Titular **Patrícia Helena Alves de Souza** e o Juiz Substituto zoneado **Maurício Joel Zanotelli** Juízes profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correccional, com a maior brevidade possível.

Cientifiquem-se as juízas **Cristina Bastiani** e **Jaqueline Maria Menta** dos processos conclusos para sentença há mais de 50 dias, indicados no mesmo item deste relatório, para que profiram as sentenças com a maior brevidade possível.

## ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correccional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

## ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- c) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- d) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCR.

## 8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **248 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:



- a) informe a suspensão no InFOR (processos nº0000564-04.2013.5.04.0772, nº 0000726-96.2013.5.04.0772),
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº0000369-82.2014.5.04.0772, nº 0000016-42.2014.5.04.0772, nº 0001133-05.2013.5.04.0772).

#### **14 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Lajeado, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Não compareceram interessados em manifestar-se.

#### **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

#### **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Patrícia Helena Alves de Souza, pela Diretora de Secretaria, Lídia Schneider da Silva, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**  
**Corregedora Regional**